

**HABEAS CORPUS Nº 494.362 - SP (2019/0048529-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EVERTON DA SILVA GONCALVES**  
**ADVOGADO : EVERTON DA SILVA GONÇALVES - SP383013**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JESSICA SABRINA DE SOUZA**

**DECISÃO**

**JESSICA SABRINA DE SOUZA** alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão do Desembargador relator do HC n. 2019409-64.2019.8.26.0000, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu o pedido liminar lá formulado.

Consta dos autos que a paciente foi condenada em 29/1/2019, como incurso no art. 33, *caput*, da lei n. 11.343/2006, a uma pena de 5 anos e 10 meses de reclusão e ao pagamento de 583 dias-multa, com dia-multa em 1/10 do salário mínimo (fls. 21-26).

Nesta Corte, a defesa requer (fls. 3-11):

A) Seja concedida a LIMINAR de ofício, para suspender o mandado de prisão preventiva, que ainda não fora cumprido, nos autos do processo de n. 0000222-55.2017.8.26.0621, bem como se obste de assim fazer nos autos de n. 1500713- 51.2018.8.26.0621, comunicando com urgência o Juízo do foro da comarca de Lorena/SP, onde está em trâmite os autos, até o julgamento definitivo desse presente *mandamus*;

B) Caso não seja entendimento de Vossa Excelência, que conceda LIMINAR nos termos do art. 318, V, do Código de Processo Penal e art. 1º da Lei n. 13.257, de 8/3/2016, para que garanta a prisão domiciliar a paciente, considerando os cuidados dispensados a menor – MURILO HENRIQUE DE SOUZA SMITH, nascido no dia 11.01.2019, com apenas 38 dias de vida;

C) Seja concedido a ordem no presente Habeas Corpus em favor de JESSICA SABRINA DE SOUZA, CASSANDO a decisão de 1º e 2º grau, QUE DETERMINOU A SUA PRISÃO PREVENTIVA;

D) Tendo em vista a URGÊNCIA do pedido, ainda que não reconheça esta petição como incidente processual, conceda a ORDEM DE OFICIO, para que seja cumprido o quanto aqui já decidido em sede de LIMINAR.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), **não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.**

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**Os danos** decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) retardo no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, anteriormente distribuídas (com prioridade temporal, portanto), com igual relevância temática e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) eventual repercussão no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.**

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

Verifico que, na espécie, o Juízo de primeiro grau, ao sentenciar, ressaltou (fls. 21-26, grifei):

[...]

**Além disso, a ré foi presa em flagrante no último dia 28.12.2018, enquanto gozava liberdade provisória concedida em segunda instância nos autos desse processo, com vastíssima quantidade de drogas, no mesmo bairro da Cecap (autos n. 1500713-51.2018.8.26.0621). Ocorre que a Juíza Plantonista concedeu-lhe liberdade provisória naqueles autos, que aguardam oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, que todavia, interpôs recurso em**

sentido estrito contra a decisão supracitada.

Quanto ao regime de cumprimento de pena, observo que o art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, determina, de maneira expressa, que as penas relativas aos crimes previstos no *caput* de tal dispositivo, dentre eles o tráfico de drogas, devam ser cumpridas em regime inicial fechado.

De todo modo, **as circunstâncias judiciais desfavoráveis à ré aliada à sua dedicação à narcotraficância, por si sós**, já seriam suficientes para o estabelecimento de regime mais rigoroso, nos moldes no artigo 33, § 3º do CP.

[...]

**Com efeito, como registrado alhures, mesmo em gozo de liberdade provisória, aguardando sentença nesses autos, mais precisamente, no dia 28.12.2018, a acusada voltou a delinquir, sendo presa em flagrante com, nada mais nada menos, do que 09 (nove) quilos de cocaína, divididos em nove tabletes e duas porções a granel, além de R\$ 43.968,00 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais), amplo material para embalagem e armazenamento de narcóticos (cem sacolés, balança de precisão e 755 pinos plásticos vazios). É o que se verifica em consulta aos autos n. 1500713-51.2018.8.26.0621, por meio do SAJ. Destarte, em razão de fato novo e, visando garantir a ordem pública, decreto a prisão preventiva de Jéssica. Expeça-se o competente mandado.**

Ao analisar o pedido, o Desembargador relator asseriu (fl.

28):

Com efeito, em análise perfunctória típica desta fase procedimental, a nova prisão em flagrante da paciente na posse de vultosas quantidades de cocaína e dinheiro em espécie revela substancial alteração do cenário fático que ensejou a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas e denota que sua liberdade traria acentuado risco à ordem pública. Por outro lado, se traduz em situação excepcionalíssima apta a justificar a não concessão da prisão domiciliar.

Ante o exposto, indefiro a medida liminar.

Dentro desse contexto, **havendo o Juiz a quo** mencionado a **reiteração delitiva do paciente, que estava em gozo de liberdade provisória quando praticou o delito descrito nos autos**, não identifico ilegalidade manifesta no ato, e lembro que não preclui o exame mais acurado

da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do tribunal competente.

**Não identifico**, portanto, **manifesta ilegalidade** no ato apontado como coator que permita inaugurar a competência constitucional deste Tribunal Superior.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indeiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

